



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7037 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.024412/2021-73

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Participação das servidoras CLEIDE ALVES DOS REIS, JACIRA AKICO TOMIOKA e RAIANY CRISTINE DA SILVA no curso "*Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)*", que será realizado, na modalidade on-line, pela empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, CNPJ sob o n.º 06.012.731/0001-33, no período de 13 a 16/12/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com o advento da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitações e contratações para a Administração Pública, legislação essa que revogará a Lei nº 8.666/1993, faz-se necessária a capacitação visando nortear quanto às mudanças entre uma norma e outra, no que diz respeito à aplicação de sanções no regime atual e na nova lei de licitações.

2.2. Os agentes responsáveis por instruir os Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade precisam, o quanto antes, iniciar os estudos e se preparar para a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos devido as suas alterações e inovações.

2.3. Após a participação no curso, os servidores serão capazes de enquadrar corretamente as principais hipóteses de sanções e instruir procedimentos seguros, entender as principais alterações e novidades da nova Lei de Licitações quanto à aplicação de sanções, a quem se aplica, compartilhar boas práticas que facilitarão a condução e a instrução dos procedimentos, conhecer as principais hipóteses, assim como as polêmicas da nova Lei sobre o tema, com ênfase para a motivação, a instrução e o passo a passo do procedimento, e por fim, conhecer os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (Programa do evento)

3.1. ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

3.1.1. Tipos de contratos(aquisição, prestação de serviços comuns, terceirizados e;

3.1.2. Prerrogativas da Administração;

3.1.3. Gestão e Fiscalização.

3.2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3.2.1. Conduta (tipicidade, reserva relativa de lei, reprovabilidade, dolo e culpa);

3.2.2. Resultado;

3.2.3. Nexo de Causalidade;

3.3. SANÇÕES EM ESPÉCIE

3.3.1. Previstas na Lei nº 8666/93: Advertência, multas (moratória, punitiva e compensatória), suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

3.3.2. Prevista na Lei nº 10.520/2002: impedimento de licitar e contratar.

3.3.3. Previstas na Lei Anticorrupção (12.846/2013): multa e publicação extraordinária da decisão condenatória.

3.3.4. Previstas na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): advertência, multas, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

3.4. PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES

3.4.1. Legislação aplicável;

3.4.2. Prazos;

3.4.3. Garantias do Particular;

3.4.4. Prescrição;

3.4.5. Instrução;

3.4.6. Atos pós-decisão (inscrição em dívida, publicidade, registros em bancos de dados etc);

3.5. DOSIMETRIA

3.5.1. O que levar em conta.

3.5.2. Atenuantes.

3.5.3. Agravantes.

3.5.4. Como tornar a atividade decisória mais objetiva e racional.

3.6. QUESTÕES POLÊMICAS.

3.6.1. Imposição de sanções: poder ou dever?

3.6.2. O alcance da suspensão temporária e do impedimento de licitar e contratar.

3.6.3. Possibilidade de aplicação das sanções da Lei nº 8.666/93 nos pregões e de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar nas modalidades da Lei 8.666/93.

3.6.4. Possibilidade de aditamento e/ou prorrogação de contratos cuja contratada encontra-se punida.

3.6.5. Possibilidade de aplicação de sanções sem “cobertura contratual” (hipóteses de contrato verbal e de expiração do prazo do contrato).

3.6.6. Rescisão contratual em decorrência da imposição de sanções ato discricionário ou vinculado?

3.6.7. A participação de licitantes com sócios em comum.

3.6.8. A alegação de “erro de digitação” e a conduta de não cumprimento da proposta.

3.6.9. Declaração de Inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.

3.6.10. Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

3.6.11. Participação de filial em procedimento licitatório, tendo sido a matriz penalizada ou vice-versa.

3.6.12. Sanção imposta durante o certame? Exclusão superveniente do licitante?

3.6.13. Registro no SICAF, CEIS e CNEP? Obrigatoriedade?

3.6.14. Penalidade em decorrência do uso indevido dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

3.6.15. Procedimentos de suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade não concluídos. Quais os efeitos? A empresa pode participar?

3.6.16. Perspectivas e reflexões acerca do impacto da Pandemia de COVID-19 no âmbito do processo administrativo sancionador.

3.6.17. Análise dos mais recentes posicionamentos do TCU e dos Tribunais Superiores.

3.7. INFRAÇÕES E SANÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 14.133/2021)

- 3.7.1. Infrações tipificadas.
- 3.7.2. Sanções.
- 3.7.3. Procedimento.
- 3.7.4. Inovações trazidas pela nova lei.

4. PÚBLICO ALVO

4.1. Conforme apresentado na proposta do curso, os temas podem ser colocados em prática por profissionais do departamento de compras, de licitações e de contratação direta, agentes de contratação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, fiscais e gestores de contratos, controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação direta da Administração.

4.2. Este Projeto Básico solicita a inscrição para participação no curso, bem como o respectivo pagamento para servidores em exercício na Divisão de Procedimentos Administrativos e Sanções:

- 4.2.1. Cleide Alves dos Reis;
- 4.2.2. Jacira Akico Tomioka;
- 3.4.3. Garantias do Particular;
- 3.4.4. Prescrição;
- 3.4.5. Instrução;
- 3.4.6. Atos pós-decisão (inscrição em dívida, publicidade, registros em bancos de dados etc).

3.5. DOSIMETRIA

- 3.5.1. O que levar em conta.
- 3.5.2. Atenuantes.
- 3.5.3. Agravantes.
- 3.5.4. Como tornar a atividade decisória mais objetiva e racional.

3.6. QUESTÕES POLÊMICAS

- 3.6.1. Imposição de sanções: poder ou dever?
- 3.6.2. O alcance da suspensão temporária e do impedimento de licitar e contratar.
- 3.6.3. Possibilidade de aplicação das sanções da Lei nº 8.666/93 nos pregões e de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar nas modalidades da Lei 8.666/93.
- 3.6.4. Possibilidade de aditamento e/ou prorrogação de contratos cuja contratada encontra-se punida.
- 3.6.5. Possibilidade de aplicação de sanções sem “cobertura contratual” (hipóteses de contrato verbal e de expiração do prazo do contrato).
- 3.6.6. Rescisão contratual em decorrência da imposição de sanções ato discricionário ou vinculado?
- 3.6.7. A participação de licitantes com sócios em comum.
- 3.6.8. A alegação de “erro de digitação” e a conduta de não cumprimento da proposta.
- 3.6.9. Declaração de Inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.
- 3.6.10. Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- 3.6.11. Participação de filial em procedimento licitatório, tendo sido a matriz penalizada ou vice-versa.
- 3.6.12. Sanção imposta durante o certame? Exclusão superveniente do licitante?
- 3.6.13. Registro no SICAF, CEIS e CNEP? Obrigatoriedade?
- 3.6.14. Penalidade em decorrência do uso indevido dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

3.6.15. Procedimentos de suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade não concluídos. Quais os efeitos? A empresa pode participar?

3.6.16. Perspectivas e reflexões acerca do impacto da Pandemia de COVID-19 no âmbito do processo administrativo sancionador.

3.6.17. Análise dos mais recentes posicionamentos do TCU e dos Tribunais Superiores.

3.7. INFRAÇÕES E SANÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 14.133/2021)

3.7.1. Infrações tipificadas.

3.7.2. Sanções.

3.7.3. Procedimento.

3.7.4. Inovações trazidas pela nova lei.

4. PÚBLICO ALVO

4.1. Conforme apresentado na proposta do curso, os temas podem ser colocados em prática por profissionais do departamento de compras, de licitações e de contratação direta, agentes de contratação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, fiscais e gestores de contratos, controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação direta da Administração.

4.2. Este Projeto Básico solicita a inscrição para participação no curso, bem como o respectivo pagamento para servidores em exercício na Divisão de Procedimentos Administrativos e Sanções:

4.2.1. Cleide Alves dos Reis;

4.2.2. Jacira Akico Tomioka;

4.2.3. Raiany Cristine da Silva.

5. LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA

5.1. O evento será realizado na modalidade de ensino à distância, ao vivo, no período de 13 a 16 de dezembro de 2021, das 8h30 às 12h30, com carga horária de 16 horas.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização dos serviços ficará por conta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento - CEFAP do MEC.

7. GARANTIA DO OBJETO CONTRATADO

7.1. A garantia dos serviços a serem executados são as condições previamente negociadas e pactuadas na proposta do fornecedor.

8. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado por meio de nota de Empenho, após a realização do curso, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, após a emissão da nota fiscal.

9. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar a inscrição dos servidores interessados;

9.2. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;

9.3. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;

9.4. Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;

9.5. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado;

9.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

10. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 10.1. A One Cursos deverá cumprir todas as obrigações constantes na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2. Ministrar o curso com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos apresentados em sua proposta;
- 10.3. Enviar mensagem aos participantes inscritos com informações sobre o curso e orientações de acesso ao ambiente virtual;
- 10.4. Informar ao gestor responsável pela contratação o horário de atendimento, endereço eletrônico e telefone da empresa para solução de eventuais problemas de acesso ou questões técnicas;
- 10.5. Esclarecer aos participantes o funcionamento adequado do curso e prestar suporte técnico ao acesso dos participantes sempre que necessário;
- 10.6. O aproveitamento mínimo para aprovação é de 75% de acordo com a participação nas aulas;
- 10.7. Disponibilizar a emissão dos certificados digitais dos participantes;
- 10.8. Ressarcir em igual período a contratante os dias em que o curso estiver fora do ar por problemas técnicos na rede ou para ajustes;
- 10.9. Emitir a nota fiscal/fatura, após a execução dos serviços, acompanhada dos certificados dos participantes, e as certidões necessárias para o pagamento.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL/EMPRESA CONTRATADA

- 11.1. A One Cursos é uma inquestionável referência nacional na área dos cursos de formação e aperfeiçoamento para Administração Pública .
- 11.2. Seus cursos são desenvolvidos utilizando recursos tecnológicos avançados e metodologia diferenciada, combinando aulas expositivas, trabalhos em grupos e práticos, sempre com o objetivo de viabilizar o melhor aproveitamento do conteúdo programático. 11.3. Os programas incluem questões polêmicas e situações práticas que envolvem o dia a dia dos agentes públicos. Questões que são naturalmente colhidas na ampla atividade de orientação descrita e academicamente aprofundadas com as atividades editoriais da empresa. Além do conteúdo específico das aulas, a constante atuação dos demais setores da empresa permite definir com precisão a temática de cada evento. A oferta de cursos é influenciada pela necessidade da Administração, e não por projeções de mercado.
- 11.4. A escolha do local do seminário e dos terceiros prestadores de serviços, bem como todo o acompanhamento do evento são realizados pela equipe da One Cursos, que trabalha com um criterioso padrão de qualidade na organização e na logística e no cumprimento do horário, rigorosamente observado.
- 11.5. O material pós-evento inclui o inteiro teor da legislação indicada na apostila do curso e outras que complementam o estudo do tema.
- 11.6. A apostila é um diferencial nos eventos, pois é especialmente elaborada para cada seminário. Não só o conteúdo específico a diferencia, mas também a linha visual e a diagramação, o que proporciona aos participantes uma ferramenta que serve como fonte de pesquisa e auxilia na assimilação e aprendizagem dos temas.
- 11.7. Os materiais didáticos e de apoio constituem ferramentas de aprendizagem no acompanhamento da apresentação e fonte de consulta no desenvolvimento das atividades diárias dos agentes públicos.
- 11.8. Além dos cursos abertos, a empresa se notabilizou pela oferta de cursos fechados, ou in company. Nestes, a temática é adaptada às efetivas necessidades de conhecimento do órgão contratante, elevando a eficiência no processo de transferência de conhecimento. 11.9. Os cursos oferecidos pela One Cursos não representam a transferência de conhecimento de determinado professor. São essencialmente coletivos. Eles são fruto da colaboração de diversos profissionais e pesquisadores, que, em suas diferentes áreas de atuação, aportam conhecimentos específicos e formatam, de maneira orgânica e contínua, o conhecimento da One Cursos.

12. SINGULARIDADE DO OBJETO DE CONTRATAÇÃO

12.1. O curso "Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)" é oferecido exclusivamente pela empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA.

12.2. Verificou-se o catálogo de cursos disponíveis pela ENAP, porém, não será ministrado curso com tema similar ao pleiteado, conforme demonstrado no documento SEI (Calendário/Catálogo de Cursos disponíveis na ENAP – (SEI 2964147).

13. VALOR PRATICADO

13.1. O valor unitário por participante é de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais), totalizando assim o valor final de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais), referente à participação das 3 (três) servidoras, conforme proposta constante nos autos (SEI 2971867).



Documento assinado eletronicamente por **Jacira Akico Tomioka, Servidor(a)**, em 12/11/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Raiany Cristine da Silva, Chefe de Divisão**, em 12/11/2021, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Barbosa, Coordenador(a)**, em 12/11/2021, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Torres Dantas, Coordenador(a)-Geral**, em 12/11/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2975143** e o código CRC **1327995D**.

JACIRA AKICO TOMIOKA

Administradora

De acordo, encaminhe-se à Coordenação de Gestão de Licitações – CGL.

RAIANY CRISTINE DA SILVA

Chefe da Divisão de Procedimentos Administrativos e Sanções

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGLC para aprovação.

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA

Coordenador de Gestão de Licitações

De acordo. Aprovo o presente Projeto Básico.

VANESSA TORRES DANTAS
Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Referência: Processo nº 23000.024412/2021-73

SEI nº 2975143